

# DA RAZÃO ATLÂNTICA À RAZÃO LUSÓFONA: O CONTRIBUTO DE ANTÓNIO BRAZ TEIXEIRA NA REVISTA *NOVA ÁGUIA*

Renato Epifânio

Instituto de Filosofia - Universidade do Porto.  
Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
Via Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto  
(351) 226 077 100 | [ifilosofia@letras.up.pt](mailto:ifilosofia@letras.up.pt)

Resumo: Neste nosso texto, dissertaremos sobre a superação da razão atlântica em razão lusófona na obra António Braz Teixeira.

Palavras-chave: razão atlântica, razão lusófona, António Braz Teixeira

Abstract: In this text, we will talk about the overcoming of the Atlantic reason on a Portuguese speaking basis in the work António Braz Teixeira.

Key words: Atlantic reason, Lusophone reason, António Braz Teixeira

## 1. Para uma Filosofia Lusófona

Ao longo da história da filosofia, já foi mil e uma vezes salientada a relação essencial entre o pensamento e a linguagem. Esta não é apenas um mero instrumento que o pensamento usa para se exprimir. Dado que todo o pensamento é sempre já verbal – ou seja, dado que não há um pensamento que exista antes da linguagem –, a linguagem é, dir-se-ia, a “matéria” através da qual o pensamento se corporiza, se constitui.

No decurso da minha formação filosófica, o autor que foi mais determinante na sinalização dessa relação essencial entre pensamento e linguagem foi o alemão Martin Heidegger. Ao longo de toda a sua obra, essa sinalização é, com efeito, uma constante. Daí que o exercício do pensamento em Heidegger seja, desde logo, um exercício linguístico. Ninguém mais do que ele, no século XX, explorou os limites da língua alemã.

Sendo eu português, considerei então que o meu futuro filosófico deveria passar por um trabalho análogo com a língua portuguesa. Daí o meu interesse por alguns filósofos que, em Portugal, independentemente das teses defendidas, fizeram com a língua portuguesa um trabalho análogo ao que Heidegger fez com a língua alemã. Independentemente das teses defendidas – que são de facto muito diferentes –, o filósofo português que mais me interessou foi então José Marinho: a meu ver, ninguém mais do que ele, no século XX, explorou os limites da língua portuguesa.

Daí também, tal como em Heidegger, todo o interesse de José Marinho, que acompanhei, pela linguagem poética – nomeadamente, pela linguagem poética de Teixeira de Pascoaes, o seu poeta de referência. Daí ainda a sua teorização do conceito de “filosofia situada”, que desenvolveu em vários textos, em diálogo com o seu “irmão espiritual” Álvaro Ribeiro, autor da célebre obra *O Problema da Filosofia Portuguesa* (1943), que muita polémica causou na altura.

Nessa obra, em particular, expõe Álvaro Ribeiro a sua visão da “filosofia portuguesa” e de como esta é expressão (máxima) da própria língua portuguesa – nas suas palavras: “a filosofia só irrompe da sua originalidade quando atinge, pelo vigor e pela autonomia da expressão, e dentro da particularidade de cada idioma, um modo próprio de existência” (p. 11); “Vencer a opacidade do idioma português, dar a expressão dialéctica ao tipo de imaginação e de ideação que nas obras de arte se revela em beleza exuberante, dar transcendência à subjectividade, é – exactamente por virtude da imagem verbal como pela força do raciocínio – *desvendar* a existência de uma autêntica filosofia nacional.” (pp. 73-74).

Pessoalmente, prefiro o conceito de “filosofia situada” de José Marinho ao conceito de “filosofia nacional” de Álvaro Ribeiro, dado que se todo o pensamento é expressão de uma determinada situação espaço-temporal – como escreverá José Marinho na sua obra *Verdade, Condição e Destino no pensamento português contemporâneo*, publicada, já postumamente, em 1976, um ano após a sua morte: “a filosofia é o desenvolvimento de uma visão autêntica do ser e da verdade numa situação concreta do homem e do pensar do homem no espaço e no tempo” (p. 244) –, essa situação não coincide necessariamente com o espaço-tempo de uma nação.

Em abono de Álvaro Ribeiro, poder-se-ia aqui aduzir que, no caso português, houve historicamente uma coincidência quase perfeita – ou não fossemos nós a nação europeia com as fronteiras mais antigas. Ainda assim, porém, preferimos o conceito de “filosofia situada”. Desde logo porque tendo em conta o nosso passado, o nosso presente e, sobretudo, o nosso futuro, a noção de “filosofia portuguesa” não traduz já a nossa situação espaço-temporal. Tal como a língua portuguesa já não é apenas “propriedade” dos portugueses, também a filosofia que emerge dessa nossa língua não pode ser já apenas “portuguesa”. Daí a nossa proposta de uma “filosofia lusófona”. Por esta noção se traduz melhor, a nosso ver, essa nossa situação espaço-temporal: muito mais do que apenas “portuguesa”, esta será, cada vez mais, “lusófona”.

Obviamente, estamos conscientes que essa “filosofia lusófona” de que falamos é ainda apenas um Horizonte. No presente, poderemos falar apenas, quanto muito, de uma filosofia luso-brasileira. Como, porém, já foi sinalizado por vários estudiosos da cultura de língua portuguesa – como, muito particularmente, António Braz Teixeira (veja-se, por exemplo, a sua obra *A Filosofia da Saudade*, publicada em 2006) –, há um caminho que se está a trilhar (naturalmente, com diversos andamentos) em todo o amplo e plural espaço lusófono. Caminho esse que, se até ao momento, teve sobretudo expressão na poesia – António Braz Teixeira tem estudado, por exemplo, a presença da temática da “Saudade” nas várias poesias lusófonas –, terá naturalmente, mais cedo ou tarde, expressão filosófica.

## **2. O contributo de António Braz Teixeira na Revista NOVA ÁGUIA**

Para uma análise do contributo de António Braz Teixeira para a sedimentação do que poderemos definir como a Filosofia Lusófona, tomaremos como universo textual os seus ensaios publicados, até ao momento, na Revista NOVA ÁGUIA – apenas os seus ensaios, não outros contributos seus, como resenhas. De igual modo, não iremos aqui

ter em conta outro tipo de contributos que António Braz Teixeira tem prestado à Revista NOVA ÁGUIA – falamos, em particular, de alguns gestos seus de apoio à Revista, alguns deles muito importantes, senão mesmo decisivos, para a sua continuidade (foi, por exemplo, António Braz Teixeira quem sugeriu que Miguel Real integrasse a Direcção da Revista, num determinada fase mais conturbada, o que teve um efeito muito positivo de pacificação interna).

Fazemo-lo por duas razões fundamentais – em primeiro lugar, porque a Revista NOVA ÁGUIA é inequivocamente, no panorama nacional, a publicação que mais tem defendido e difundido esse conceito de uma Filosofia Lusófona, no universo mais vasto de uma Cultura Lusófona, ou, se preferirem, de uma Cultura de Língua Portuguesa; em segundo lugar, porque o contributo ensaístico de António Braz Teixeira para a Revista NOVA ÁGUIA tem sido uma amostra maior da amplitude e profundidade dos seus interesses filosóficos e culturais, que denotam uma curiosidade que assumimos invejar. Tendo o privilégio de conversar frequentemente com António Braz Teixeira, ficamos, com efeito, muitas vezes impressionados com a curiosidade dir-se-ia “juvenil” de António Braz Teixeira. Nas mais diversas áreas da cultura – da filosofia à poesia, do romance ao cinema, do teatro à música, da pintura à arquitectura –, António Braz Teixeira parece andar sempre à procura de “coisas novas”.

Isso não o faz, porém, escamotear o cultivo da nossa memória filosófico-cultural – bem pelo contrário. Quando não é próprio a fazê-lo, nos seus ensaios, tem sido António Braz Teixeira, mais do que qualquer outra pessoa, a propor-nos, para a Revista NOVA ÁGUIA, o tratamento de algumas figuras (não apenas da cultura portuguesa, mas lusófona em geral), algumas delas, confessamo-lo, para nós à partida quase que inteiramente desconhecidas. Quase sempre, o pretexto é o assinalar de uma efeméride (seja do nascimento, seja da morte). Temos até em nossa posse uma lista, elaborada por António Braz Teixeira, que se estende até 2030, com as figuras que, em cada ano, mais importará recordar. Como pretendemos continuar muito para além de 2030, ficaremos pois à espera que, até lá, António Braz Teixeira estenda essa listagem por, pelo menos, mais três décadas...

Mas centremo-nos então no nosso definido universo textual, verificando em que medida António Braz Teixeira tem estabelecido pontes: entre Portugal e o Brasil, desde logo, mas também com outros lugares do amplo e plural espaço lusófono; entre a Filosofia e outras áreas da ampla e plural cultura de língua portuguesa. O primeiro desses ensaios intitula-se “Breve nota sobre Agostinho da Silva e a ‘Escola de São

Paulo” e foi publicado a abrir o número dedicado a Agostinho da Silva, por ocasião dos 15 anos da sua morte (NOVA ÁGUIA nº 3, 1º semestre de 2009). O ensaio não é muito extenso mas é muito mais do que uma “Breve nota”, sobretudo porque, sem escamotear as suas origens, que passaram também pela inicial Faculdade de Letras do Porto – verdadeiro berço de ouro de toda a posterior Filosofia Portuguesa –, integra Agostinho da Silva na realidade filosófica brasileira da sua época, em particular, na “Escola de São Paulo”, conceito que, como é sabido, foi por António Braz Teixeira consagrado, a ponto de ter sido o título de um dos seus mais recentes livros (MIL/ DG Edições, 2016).

Esse interesse particular pela ponte luso-brasileira é igualmente evidente noutros ensaios – a título de exemplo: “Miguel Reale, Historiador das Ideias” (NOVA ÁGUIA nº 6, 2º semestre de 2010); “Nos duzentos anos de Domingos Gonçalves de Magalhães” (NOVA ÁGUIA nº 8, 2º semestre de 2011); “Na morte de Milton Vargas” (NOVA ÁGUIA nº 10, 2º semestre de 2012); “A filosofia do ‘senso comum’ de Heraldo Barbuy (1913-1979)” (NOVA ÁGUIA nº 12, 2º semestre de 2013); “A ética neo-tomista na filosofia luso-brasileira contemporânea” (NOVA ÁGUIA nº 17, 1º semestre de 2016); “O teatro de Ariano Suassuna” (NOVA ÁGUIA nº 18, 2º semestre de 2016). Noutros ensaios, tem ampliado ainda mais a extensão dessas pontes filosófico-culturais – falamos, em particular, dos ensaios “A saudade na poesia da ‘Claridade’” (NOVA ÁGUIA nº 19, 1º semestre de 2012); “Breve nota sobre a poesia de Rui de Noronha” (NOVA ÁGUIA nº 14, 2º semestre de 2014); “A saudade na poesia de Rui Knopfli” (NOVA ÁGUIA nº 16, 2º semestre de 2015).

Tudo isto sem nunca perder de vista a sua matriz – António Braz Teixeira é, como se sabe, alguém que se insere na linhagem mais nobre da Filosofia Portuguesa –, que ressurge, de forma mais ou menos directa, nos seguintes ensaios: “Breve nota sobre a saudade no *Livro do Desassossego*” (NOVA ÁGUIA nº 7, 1º semestre de 2011); “Álvaro Ribeiro: Filósofo Criacionista” (NOVA ÁGUIA nº 8, 2º semestre de 2011); “O diálogo crítico de Leonardo Coimbra com Bruno, Junqueiro e Pascoaes” (NOVA ÁGUIA nº 11, 1º semestre de 2013); “O liberalismo de Orlando Vitorino: nos 10 anos da sua morte” (NOVA ÁGUIA nº 12, 2º semestre de 2013); “A Ética dialéctica de António José de Brito” (NOVA ÁGUIA nº 13, 1º semestre de 2014); “‘O Penitente’, uma biografia metafísica de Camilo” (NOVA ÁGUIA nº 15, 1º semestre de 2015); “A reflexão estética de Vergílio Ferreira” (NOVA ÁGUIA nº 19, 1º semestre de 2017); “Em torno do teatro de Raul Brandão” e “Francisco Manuel de Melo, Moralista” (NOVA ÁGUIA nº 20, 2º

semestre de 2017). Sem esquecer ainda o seu lucidíssimo ensaio, este mais político, “O estado da República” (NOVA ÁGUIA nº 6, 2º semestre de 2010), resta-nos concluir, dizendo apenas: “Por tudo isto, Gratos, Professor Braz Teixeira!”<sup>1</sup>.

### **3. Nota final**

Infelizmente, é algo que acontece cada vez mais. Na maior parte dos casos, os Colóquios Universitários – falamos, sobretudo, na área da Filosofia, que conhecemos melhor – pouco acrescentam ao “estado da arte”. Os oradores vão apenas ouvir-se e reiterar as suas ideias feitas. O debate, quando existe, serve apenas para cristalizar ainda mais essas ideias feitas, tudo isto perante um público que, Colóquio após Colóquio, é cada vez menor (e nós ainda nos lembramos de Colóquios que encheram o “velho” Anfiteatro I da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa...).

O Colóquio que se realizou em Janeiro deste ano, no Porto, sobre “A Obra e o Pensamento de António Braz Teixeira”, e que entretanto se estendeu à cidade de Mariana, no Brasil, foi, a esse respeito, bem diferente, sobretudo porque contou com a presença do próprio homenageado. Sendo que, apesar de ter sido um Colóquio de Homenagem – inclusivamente, com testemunhos (e lembramo-nos bem da memorável intervenção do cineasta António-Pedro Vasconcelos) –, este foi um Colóquio em que se debateu verdadeiramente – e em que, por isso, se progrediu realmente no “estado da arte”.

O exemplo máximo disso foi o debate em torno do conceito de “razão atlântica”, um dos conceitos mais emblemáticos da obra de António Braz Teixeira e que, naturalmente, foi tema de diversas comunicações no Colóquio. Pois bem: logo no primeiro dia, o próprio António Braz Teixeira teve a oportunidade de esclarecer que esse era um conceito, em grande medida, “ultrapassado”; e que, hoje, mais do que de uma “razão atlântica” (circunscrita ao espaço luso-brasileiro ou, quanto muito, luso-galaico-brasileiro), se deve falar, cada vez mais, de uma “razão lusófona”, senão mesmo de uma “filosofia lusófona”, porque aberta a todo o pensamento expresso em língua portuguesa, por muito que esse pensamento mais filosófico ainda não tenha realmente desabrochado em todo o espaço lusófono.

---

<sup>1</sup> Já neste ano de 2018, essa série estender-se-á com mais ensaios sobre Fidelino de Figueiredo e Miranda Barbosa, bem como sobre a “Expressão e Sentido da Saudade na poesia angolana e moçambicana”.

No final do primeiro dia de trabalhos, cruzando-me com um participante do Colóquio que, no dia seguinte, iria igualmente falar da “razão atlântica”, lancei-lhe a provocação: “Estás com azar. Vais ter que reescrever a tua comunicação esta noite...”. Não a reescreveu. Mas sugeriu, em nota, que «para além da existência de uma “filosofia atlântica”, se equacione mesmo a possibilidade de [se] afirmar a existência de uma “filosofia lusófona”, implantada em determinados espaços geoculturais do Atlântico e do Índico». Não são de facto muitos os Colóquios em que algo de similar aconteça. Neste aconteceu. Foi por isso um Colóquio realmente progressivo.